



Prefeitura Municipal de Rosário do Ivaí

Estado do Paraná

CNPJ Nº 80.059.264/0001-50

LEI Nº 367 / 2007

SÚMULA: DEFINE O LIMITE DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV A QUE ALUDE O § 3º E 5º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NESTE MUNICÍPIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ, Estado do Paraná, APROVOU e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei define as obrigações de pequeno valor a que se refere o § 3º e 5º do Art. 100 da Constituição Federal.

Art. 2º – Ficam definidas como sendo obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º e 5º do Art. 100 da Constituição Federal, aquelas cujos valores de execução não excedam a importância correspondente a 03 (três) Salários Mínimos.

§ 1º – É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º – É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 3º – O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da apresentação de requerimento à Tesouraria Municipal, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º – Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, utilizando como recursos os provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de Abril de 2007.

PUBLICAÇÃO
JORNAL TRIBUNA DO
NORTE
DIA: 20/04/2007
PÁGINAS: D 6

CELSO ANTUNES RIBEIRO
Prefeito Municipal